



GRUPO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE SURDOS – GPES: PANORAMA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO SUL E SUDESTE PARAENSE

Francisca Maria Cerqueira da Silva¹

Ana Paula dos Santos Silva²

Simone Gomes dos Santos³

Valmária Borges Martins⁴

Este artigo pretende apresentar resultados parciais das pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa em Educação de Surdos-GPES, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-Unifesspa. O grupo tem como objetivo realizar o Projeto de Pesquisa Educação de Surdos: Políticas de Inclusão, Educação Bilíngue, Práticas Pedagógicas, Contextos de Ensino e Formação de Professores. As pesquisas empreendidas pelo grupo, a partir desse projeto tem o objetivo de identificar como a educação para surdos está se organizando nos municípios paraenses, sobretudo na região sul e sudeste do estado, identificando se a proposta de educação bilíngue prevista na legislação e as formas de organização dessa educação estão sendo efetivadas. A metodologia de pesquisa segue uma proposta de análise qualitativa, de cunho exploratório interpretativista, a partir dos procedimentos de observação nas salas de ensino comum e nos espaços de Atendimento Educacional Especializado-AEE ou centros especializados, bem como entrevistas com profissionais que atuam nesses espaços, e em departamentos e secretarias de educação dos municípios. Os resultados parciais apresentados neste artigo trazem aspectos gerais da organização da educação de surdos em 04 (quatro) municípios apresentando e discutindo os avanços e dificuldades para a efetivação da educação bilíngue de surdos.

Palavras-chave: Educação de Surdos, formação de professores, AEE.

INTRODUÇÃO

O movimento por uma educação bilíngue é uma luta de muitas décadas para a comunidade surda, entendendo-se aqui comunidade surda como sendo composta por surdos e ouvintes envolvidos com as questões da

¹ Docente da Unifesspa, Coordenadora do GPES (francisca.cerqueira@unifesspa.edu.br)

² Graduanda do Curso de História/Unifesspa-Campus de Xinguara (anapaulasantos130122@gmail.com)

³ Graduanda do Curso de Letras-Português/Unifesspa – Campus São Félix do Xingu (simoneportela1@hotmail.com)

⁴ Docente da educação básica-Ed. Especial/AEE e Intérprete de Libras no município de Jacundá (valmariamartins@gmail.com)

surdez, do sujeito surdo e de sua educação. Desde a década de 1980 quando começam as pesquisas sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) (QUADROS, 2011, p. 17) e a delineação do bilinguismo na educação de surdos, o desafio tem sido formar sujeitos bilíngues. A complexidade dessa temática na área educacional brasileira gera grandes preocupações e discussões para todos os envolvidos e é foco de muitas pesquisas.

Buscando identificar quais avanços se tem alcançado nos municípios da região sul e sudeste paraense e quais dificuldades ainda impedem a implementação da proposta educacional bilíngue para surdos, as pesquisas do Grupo de Pesquisas em Educação de Surdos (GPES) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) procuram identificar como está se organizando nos municípios essa educação verificando se a organização está de acordo com as propostas de educação bilíngue previstas nas orientações legais. As análises e discussões dos dados da pesquisa tem fundamentação legal na legislação da área, e são teoricamente referenciadas em autoras como Lodi (2013), Quadros (2011), Slomski (2011) e na legislação vigente sobre como a educação bilíngue para surdos deve se organizar (Lei Federal 10.436/2002, Decreto n.º 5626/2005 e a Lei Brasileira de Inclusão n.º 13.146/2015), refletindo sobre a forma de organização identificada na região Sul e Sudeste do Pará, nos municípios pesquisados, no intuito de promover a reflexão, a produção e a divulgação de conhecimentos sobre a educação de surdos dessa região.

A pesquisa tem, assim, o objetivo de fazer um panorama da educação de surdos na região Sul e Sudeste do Pará, mapeando o número de alunos surdos, a organização do sistema de ensino, ações e modos de atendimento educacional especializado aos alunos com surdez. Os procedimentos metodológicos foram pensados a partir de uma abordagem qualitativa considerando elementos quantitativos e demais dados para uma análise de cunho interpretativista dos dados coletados a partir de entrevistas e observação.

Educação de surdos no Brasil: abordagem bilíngue

A abordagem atual da educação de surdos é resultante de um movimento em nível mundial que traz como meta o bilinguismo na formação dos sujeitos surdos. Na busca pelo estabelecimento dessa abordagem tem se instalado diversos contextos de ensino bilíngue pelo país.

Desde a promulgação da legislação que oficializa a abordagem bilíngue na educação das pessoas surdas, em 2002, Lei 10.436/02 (BRASIL, 2002) e o Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005) que regulamenta essa lei, os sistemas de ensino tentam se organizar, com maior fomento governamental a partir da aprovação do decreto, para promover uma educação bilíngue às pessoas surdas. Entretanto, a educação para surdos no Brasil ainda é um desafio no sentido de apresentar como resultado a formação de sujeitos surdos bilíngues, sobretudo nas regiões fora dos grandes centros. A começar pela organização dessa educação que exige não apenas reserva de espaços de apoio específicos, mas também requer uma formação específica para os profissionais envolvidos na educação desses sujeitos. Mesmo com alguns avanços nessa luta secular das pessoas surdas, os ganhos são paulatinos. Na legislação, os mais significativos são muito recentes como a promulgação e regulamentação da lei que institui a educação bilíngue e reconhece oficialmente a Libras, somente na metade da década de 2000.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e mais recentemente a LBI – Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) vem ressaltando a necessidade das adequações em todos os âmbitos para que as pessoas surdas possam ter acessibilidade na sociedade e possam se constituir como cidadãos. Para o sujeito surdo as adequações são muito específicas, pois dizem respeito a uma necessidade linguística desse sujeito. Ou seja, é uma adequação que inclui impreterivelmente a inclusão de outra língua no sistema educacional, em vários

níveis e organizações. No Brasil, conforme explicitado na legislação já citada, a Libras deve ser ensinada como Língua-1, e a LP⁵ como Língua-2.

Para haver a inclusão educacional e social do indivíduo surdo, e promover a sua formação como sujeito bilíngue é essencial que se possibilite o adequado desenvolvimento das crianças surdas, promovendo o ensino e aprendizagem das duas línguas envolvidas nesse processo, mas em primeiro lugar, prioritariamente, permitindo o acesso a língua de sinais o mais cedo possível, pois conforme explicita Moura (2013),

[...] a língua de sinais (língua brasileira de sinais – Libras – no Brasil) é a forma por excelência pela qual a criança surda pode adquirir linguagem de forma natural e que lhe permite um desenvolvimento integral e sem limites. (MOURA, 2013, p. 14)

Para isso é necessário um conjunto de organizações/adequações no âmbito da sociedade em geral, principalmente no âmbito escolar, que precisa ser um espaço organizado de modo adequado para promover essa educação. Isto, no entanto, exige mudanças profundas a começar pelas “mudanças de concepção” para que o surdo seja visto como alguém capaz que precisa apenas ter acesso ao conhecimento de modo adequado, passando pela organização dos espaços para atender a “condição bilíngue da criança surda em várias esferas institucionais, tais como a família, a escola etc”. (SLOMSKI, 2011, p. 61):

Atualmente no Brasil, o ensino bilíngue acontece nos espaços de AEE, que na maior parte do país são as Salas de Recursos Multifuncionais-SRM, em alguns poucos lugares os centros especializados ou ainda mais restritamente as escolas bilíngues. Lodi (2013, p. 166), destaca três formas de organização da educação bilíngue no Brasil que constituem o que ela chama de “modelos inclusivos”.

O primeiro modelo é com alunos surdos em salas somente com surdos, nas séries iniciais de escolarização, onde a Libras é a língua de instrução. Neste caso o professor tem que ser bilíngue, pois não há a mediação de

⁵ LP – Língua Portuguesa

terceiros. E somente no segundo segmento do ensino fundamental é que o aluno surdo é colocado em salas com ouvintes onde a instrução é em Língua Portuguesa, mas com a mediação do intérprete de Libras-LP; O segundo modelo é com alunos surdos incluídos em salas comuns com ouvintes, onde a instrução é em Língua Portuguesa com a mediação do intérprete de Libras-LP em todos os níveis educacionais. E o terceiro modelo é com alunos surdos incluídos em salas comuns com ouvintes, onde a instrução é em LP, em todos os níveis, sem a intermediação do intérprete de Libras-LP.

A autora tece as críticas pertinentes a cada modelo, deixando claro que o primeiro modelo é o mais eficiente para o desenvolvimento do aluno com surdez, pois neste o ensino é ministrado por uma língua acessível ao surdo, “de forma a possibilitar uma educação inicial de qualidade” (LODI, 2013, p. 166).

O Decreto n.º 5.626 (BRASIL, 2005) traz exigências para que a educação bilíngue de surdos se efetive, como a inclusão da disciplina de Libras nas licenciaturas (arts.3.º, 9.º); a orientação de como deve se dar a formação de professores bilíngues e intérpretes para que se tenha profissionais habilitados à implementação dessa educação bilíngue (arts. 4.º e 5.º); a disciplina de Língua Portuguesa como segunda língua para surdos nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa (art. 13); e diversas outras ações em outras instâncias e contextos, a exemplo da disciplina de Libras na educação básica - Ensino Fundamental e Médio (art. 15, II).

Dessa forma, Para que se alcance o êxito previsto na legislação, para inclusão educacional do surdo e seu desenvolvimento como sujeito bilíngue, é necessário haver as efetivas organizações/adequações no âmbito de todas as instâncias sociais desde a família até a escola. E no espaço educacional, a organização da escola como “ambiente linguístico sinalizado” (SLOMISKI, 2011, P. 66), organizando-se não só o espaço físico, mas também o currículo como vimos no decreto, com a inclusão da Libras como disciplina para todos os alunos, a formação específica dos profissionais para que tenham fluência na

língua do surdo e possam atuar como professores bilíngues, e intérpretes nas salas comuns; bem como estratégias e práticas pedagógicas adequadas para ensinar esse sujeito permitindo que ele se torne um sujeito letrado, e de fato bilíngue.

Contexto geral da pesquisa

Esta pesquisa foi pensada a partir da criação e articulação do Grupo de Pesquisa em Educação de Surdos-GPES, iniciado em 2017. O grupo assume o interesse por discutir as condições de atendimento educacional aos alunos com surdez nos sistemas de ensino na região Sul e Sudeste do Pará a partir da experiência com a ministração⁶ da disciplina de Língua Brasileira de Sinais-Libras nos vários cursos de licenciatura da Unifesspa, nas unidades localizadas em alguns municípios dessa região. A temática da educação de surdos chama a atenção dos alunos que buscam, mas especificamente conhecer a Língua Brasileira de Sinais-Libras e o contexto em que essa língua está inserida.

A coordenação do grupo buscou parcerias junto a docentes e discentes da Unifesspa e docentes da educação básica em diversos municípios para empreender as pesquisas que abarcam os objetivos do grupo. As pesquisas estão sendo desenvolvidas em alguns municípios da região sul e sudeste do Pará, mas o recorte para este artigo analisará os dados de apenas 04 (quatro) municípios: Jacundá, Xinguara, São Félix do Xingu e Marabá.

OBJETIVOS

Esta pesquisa do GPES tem o objetivo geral de investigar a educação de surdos, a partir dos pressupostos teóricos e legais que estabelecem que a educação de surdos no Brasil deva ser bilíngue, a saber, tendo a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua para os sujeitos

⁶ A disciplina é ministrada pela coordenadora do GPES, que organiza este texto, a partir das pesquisas em parceria com as co-autoras.

surdos (BRASIL, 2002). Como objetivos específicos, tem o intuito de produzir e divulgar conhecimento sobre a temática contribuindo para a reflexão sobre a organização da educação dos sujeitos com surdez na região sul e sudeste do Pará.

O recorte para este artigo é o que propõe umas das linhas do projeto de pesquisa do GPES, investigar a inclusão de alunos com surdez a partir dos pressupostos das políticas linguísticas, da inclusão e da educação bilíngue para surdos. A linha temática foi proposta para alunos e professores em alguns municípios do sul e sudeste do Pará para que se identifique inicialmente como está se organizando a educação de surdos, os avanços que estão ocorrendo nos últimos anos e as dificuldades encontradas para a implementação da educação bilíngue para surdos nesses municípios.

METODOLOGIA

A pesquisa é baseada na abordagem qualitativa do tipo exploratório. Neste recorte da pesquisa foram analisados os dados colhidos em 04 (quatro) municípios, a saber, Jacundá⁷, Xinguara⁸, São Félix do Xingu⁹ e Marabá¹⁰. Seguindo os procedimentos éticos de garantia de pesquisa anônima, os profissionais técnicos de departamentos ou secretarias municipais, professores ou alunos, participantes diretos ou indiretos da pesquisa, bem como as escolas que figuram neste trabalho não serão nomeados. Serão citados apenas os nomes dos municípios e espaços de AEE que estejam organizados como centros especializados.

Os participantes diretos em cada município pesquisado foram profissionais técnicos de departamentos ou secretarias municipais de

⁷ População estimada em 57.526 habitantes - IBGE/2017.

⁸ População estimada em 43.530 habitantes - IBGE/2017

⁹ População estimada em 124 806 habitantes - IBGE/2017

¹⁰ População estimada em 271.594 habitantes - IBGE/2017

educação, professores do ensino comum e professores do AEE, e de forma indireta alunos surdos atendidos nos espaços de AEE onde a pesquisa se realizou.

Os procedimentos de coleta de dados foram entrevistas e observações *in loco*. Os instrumentos de registro utilizados foram questionários de entrevistas semiestruturados cujas respostas dos participantes foram escritas ou gravadas para posterior transcrição, e diários de campo para registro das observações. Os dados coletados foram sistematizados e analisados a partir dos referenciais de fundamentação legal e teórica citados na justificativa deste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentamos a sistematização dos dados gerais coletados nos 04 (quatro) municípios pesquisados que servem como amostra das características da organização da educação de surdos na região.

Município 01 - Jacundá¹¹

Alunos surdos matriculados na rede de ensino – 2018		
	E. Fund.	E. Médio
Alunos Surdos matriculados na rede de ensino - 13 alunos	05	08
Escolas com alunos surdos inclusos – 06 escolas	04	02
Espaços de AEE/SRM em funcionamento no município		
Salas de Recursos Multifuncional – SRM – Total 10	09	01
SRM ou outro espaço de AEE que dá apoio aos alunos surdos – 02 SEM	01	01
Nível de fluência em Libras dos profissionais que atuam no AEE: (1) Básico, (2) Intermediário, (3) Fluente	(3)	(3)
Tradutor/Intérprete de Libras na sala de aula comum - 08	05	02
Estrutura das SRM - materiais pedagógicos e equipamentos enviados pelo MEC - (1) Sim, (2) Não	(1)	(1)

¹¹ Quadro elaborado pelas autoras.

De acordo com o quadro, no Ensino Médio (EM) 02 (duas) escolas atendem alunos surdos, mas só uma tem a SRM. De acordo com a professora entrevistada, os alunos da escola que não tem SRM não frequentam o AEE por causa da distância e da falta de transporte. Nesse segmento atuam 02 (dois) intérpretes em sala comum, um é a docente que atua no espaço de AEE/SRM no período diurno e dá apoio na sala comum no período noturno, e outro que foi contratado para essa função específica.

No Ensino Fundamental (EF), há 09 (nove) SRM, sendo que somente em 01 (uma) há atendimento aos surdos por ser onde atua a profissional pós-graduada em Libras, portanto fluente na língua de sinais. Nesse segmento há 05 (cinco) intérpretes contratados para atuar em sala de aula comum, todos com nível médio de escolaridade, alguns cursando nível superior. O que se constata é que esses profissionais são oriundos de instituições religiosas e se tornaram intérpretes no contexto educacional pela carência de profissionais na área, e só após estarem atuando, é que alguns estão buscando formação acadêmica.

Este município realizou concurso (para o EF) no ano de 2016 para vários cargos na área da educação incluindo o cargo/função de intérprete de Libras. Os aprovados no concurso ainda não foram chamados. E conforme informações públicas no site do concurso¹², os aprovados para o cargo/função de intérprete de Libras de nível superior foram 3 (três) candidatos não tendo sido aprovado nenhum candidato para o cargo/função de nível médio.

Município 02: Xinguara¹³

Alunos surdos matriculados na rede de ensino – 2018		
Alunos Surdos matriculados na rede de ensino – 10 alunos	E. Fund.	E. Médio

¹² <http://paconcursos.com.br/v1/?product=prefeitura-municipal-de-jacunda-pa-2#1457971168097-8ff24330-c0a3>

¹³ Quadro elaborado pelas autoras.

	10	—
Escolas com alunos surdos inclusos – 01 escola	01	—
Espaços de AEE/SRM em funcionamento no município– Total 04 - (03 – zona urbana; 01 – zona rural)	04	—
SRM ou outro espaço de AEE que dá apoio aos alunos surdos – 01 SEM	01	—
Nível de fluência em Libras dos profissionais que atuam no AEE: (1) Básico, (2) Intermediário, (3) Fluente	(1)	—
Tradutor/Intérprete de Libras na sala de aula comum	01	—
Estrutura das SRM - materiais pedagógicos e equipamentos enviados pelo MEC (1) Sim, (2) Não	(1)	—

No município de Xinguara realizou-se entrevista no Centro de Atendimento Educacional Especializado-CAEEX, e no espaço de AEE-SRM que atende surdos. O Centro de Atendimento Educacional Especializado de Xinguara - CAEEX, criado em 2014, é o responsável pelas demandas da Educação Especial, administrado pelo sistema de ensino fundamental. Não foi verificada a situação do ensino médio no município.

O CAEEX realiza atendimento psicológico e fonoaudiológico para os alunos público alvo da educação especial. Há 03 (três) Salas de Recursos na zona urbana e 01 (uma) na zona rural do município, mas apenas uma Sala de Recursos, na zona urbana, atende alunos surdos. Esta escola tem 01 (uma) intérprete de Libras que acompanha os alunos na sala comum, com nível de escolaridade de ensino médio e que aprendeu Libras com um parente.

No espaço de AEE/SRM a docente entrevistada atende 04 (quatro) alunos surdos na SRM onde atua o que evidencia que os demais alunos surdos não estão sendo acompanhados no AEE. Pontua que seu conhecimento da Libras pode ser considerado de nível básico ressaltando que já participou de formação continuada sobre a Libras providenciada pelo município, mas disse não haver uma frequência determinada. Ressalta que “há necessidade de uma formação mais específica e eficaz nessa área”. Informa que participou de formações (cursos, minicursos e oficinas em eventos de outros municípios como Marabá e Conceição do Araguaia), entretanto, formações com baixa

carga horária, sendo o total geral de sua formação específica na área da educação de surdos/Libras de menos de 120h.

Município 03 : São Félix do Xingu¹⁴

	E. Fund.	E. Médio
Alunos surdos matriculados na rede de ensino – 2018	8	1
Escolas com alunos surdos inclusos	3	—
Espaços de AEE/SRM em funcionamento no município	4	—
SRM ou outro espaço de AEE que dá apoio aos alunos surdos	3	—
Nível de fluência em Libras dos profissionais que atuam no AEE com surdos: (1) Básico, (2) Intermediário, (3) Fluente	(1)	—
Tradutor/Intérprete de Libras na sala de aula comum	0	—
Estrutura das SRM - materiais pedagógicos e equipamentos enviados pelo MEC (1) Sim, (2) Não	(1)	—

No município de São Félix do Xingu foram feitas entrevistas na Secretaria de Educação e numa Escola/Sala de Recursos Multifuncional. Na Secretaria de Educação há uma sala onde ficam as profissionais responsáveis pelo AEE no município. A coordenadora, 01 (uma) psicóloga, e 04 (quatro) auxiliares que fazem visitas nas escolas. Há espaços de AEE – Atendimento Educacional Especializado (SRM) no município desde 2012. Dos 09 alunos surdos – 01 aluno está matriculado no Ensino Médio. E esse segmento não tem AEE no município, 03 alunos estão matriculados na Zona Rural e 01 numa aldeia indígena.

De acordo com a entrevistada na Secretaria, atualmente 03 (três) escolas atendem alunos surdos. Na escola que codificamos como E-1, não há espaço de AEE. Nesta escola uma aluna surda de 14 anos que cursa o 8.º ano do EF¹⁵ é atendida na sala compartilhada com a coordenação da escola, no contra turno do ensino comum, para o ensino da Libras e em Libras. A professora é especialista em Libras e educação de surdos.

¹⁴ Quadro elaborado pelas autoras.

¹⁵ EF – Ensino Fundamental

A escola que codificamos como E-2 atende 01 aluno surdo, tem espaço de AEE/SRM e uma professora com curso básico de LIBRAS, que é coordenadora do AEE na escola. A escola que codificamos como E-3 atende a 02 alunos no espaço de AEE/SRM, segundo a entrevistada, com uma professora especialista¹⁶.

Segundo a entrevistada, o município oferta formação continuada aos profissionais que atuam nos espaços de AEE - Educação Especial, mas não há uma frequência determinada. Relata que foram ofertadas formações continuadas de Libras-Língua Brasileira de Sinais aos professores, e a última ocorreu em 2017.

Município 04: Marabá¹⁷

Centro de Apoio Especializado ao Surdo - CAES	
Alunos surdos atendidos no CAES – 2018	
<ul style="list-style-type: none"> 25 alunos surdos matriculados na rede de ensino 	
Servidores	
<ul style="list-style-type: none"> 01 (uma) coordenação geral 	<ul style="list-style-type: none"> 02 (dois) professores pedagogos
<ul style="list-style-type: none"> 01 (uma) coordenação Pedagógica 	<ul style="list-style-type: none"> 01 (uma) professora de matemática
<ul style="list-style-type: none"> 02 (dois) Professores surdos 	<ul style="list-style-type: none"> 01 (um) professor de português

Em Marabá, foi criado há pouco mais de um ano o Centro de Apoio Especializado ao Surdo (CAES). Portanto o AEE neste município, para todos os surdos deve acontecer neste espaço que atualmente funciona em duas salas de uma escola municipal, mas há a proposta junto a Prefeitura Municipal para alocá-lo em um prédio próprio, maior, e, portanto, mais adequado para a prestação desse serviço especializado, que ocorre no contra turno do ensino comum. O quadro de servidores do espaço é composto por 08 (oito) profissionais, conforme a tabela acima.

¹⁶ Não foi mencionada a especialização da docente.

¹⁷ Quadro elaborado pelas autoras.

Segundo a coordenadora geral do espaço, no início de 2018, 25 (vinte e cinco) alunos surdos estavam frequentando o CAES para acompanhamento no AEE, mas esse número não é exato, pois está ainda sendo feito um levantamento de alunos matriculados na rede de ensino do município.

Junto com o CAES funciona também outro serviço de apoio aos surdos de Marabá, e de outros municípios vizinhos que porventura procurem o espaço, a CIL – Central de Interpretação em Libras que é um projeto do governo federal, em parceria com o município, que atua com 03 (três) profissionais, de acordo com o quadro abaixo:

CIL – CENTRAL DE INTERPRETAÇÃO EM LIBRAS
01 Coordenação - que atua como Intérprete quando necessário
01 Professor intérprete
01 Motorista (pois a CIL conta com um carro adquirido com o recurso federal próprio desse projeto).

Com referência ao atendimento fonoaudiológico, que é para acontecer no CAES, de acordo com a coordenadora geral, como não há ainda um espaço adequado, a fonoaudióloga atende no Departamento de Educação Especial da SEMED¹⁸.

Com relação à formação da equipe do CAES/CIL, levantou-se que a maioria dos professores são fluentes em Libras, com experiência na área. A começar pela professora coordenadora do espaço que é a professora pioneira no trabalho com surdos em Marabá, os professores e intérpretes do espaço tiveram ou estão tendo formação específica em Libras, em cursos de formação complementar, e 03 (três) professores ouvintes, e 01 (um) professor surdo, estão no Curso de Letras-Libras na Universidade do Estado, iniciado em 2017.

O CAES constitui-se em um avanço para a educação de surdos no município, pois é um espaço de AEE apenas para os Surdos, enquanto as

¹⁸ SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SRM¹⁹ são destinadas ao apoio pedagógico de todos os alunos público alvo da Educação Especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados parciais apresentados neste artigo demonstram os avanços e dificuldades para a efetivação da educação bilíngue de surdos trazendo aspectos gerais da organização da educação de surdos em 04 (quatro) municípios pesquisados que servem como amostragem para identificação de como a educação de surdos está sendo organizada na região sul e sudeste paraense.

Com relação à organização do ensino bilíngue, a análise dos resultados revela características comuns a todos os municípios pesquisados. Evidencia-se que os sistemas de ensino nos municípios tentam organizar a educação de surdos porque não o fazendo estariam passíveis de penalidades legais. A maioria busca organizar o AEE em SRM. Apenas em um dos municípios, Marabá, pode-se destacar como avanço a criação do CAES-Centro de Apoio Pedagógico Especializado ao Surdo, espaço de AEE específico para os alunos surdos e não para todo o público alvo da Educação Especial, como o são as SRM.

Como avanço também se pode destacar os municípios que tem profissionais intérpretes atuando em sala comum, Xinguara com 01 (uma) intérprete, e Jacundá com o maior número, 05 (cinco) intérpretes atuando em sala de aula comum do EF. Assim, Jacundá se destaca como modelo de grande avanço para a região, pois está à frente mesmo de Marabá, uma cidade maior e considerada mais desenvolvida, onde não há intérpretes atuando nas salas comuns com surdos incluídos.

Com relação à matrícula de alunos surdos nas redes de ensino, em três dos quatro municípios pesquisados, consta-se um número muito pequeno de alunos nas escolas/espços de AEE. Mesmo com a justificativa de que

¹⁹ SRMs – Salas de Recursos Multifuncionais

levantamentos ainda estão em processo, isto chama a atenção porque o estado do Pará tem 11.284 surdos, 60.066 pessoas com grande dificuldade para ouvir e outros 297.723 habitantes com algum grau de perda auditiva²⁰.

Uma das dificuldades mais relatadas tem relação com a formação inicial e continuada. Em todos os relatos obtidos na pesquisa os profissionais, seja do ensino comum ou da Educação Especial, evidenciam a necessidade de uma formação específica na área de educação de surdos/Libras.

Com relação à formação específica dos docentes do AEE, apenas em um dos municípios a docente relatou ter apenas curso básico de Libras, em dois dos municípios as docentes informaram ter curso de especialização em Libras, e fluência na língua de sinais adquirida na atuação com alunos surdos; e maior avanço verifica-se no município de Marabá onde o CAES e a CIL tem professores fluentes em Libras, a maioria com pós-graduação, em nível de especialização, e alguns cursando a graduação em Letras-Libras²¹.

Buscou-se identificar também o tipo de formação dos profissionais que atuam como intérpretes nas salas comuns constatando que, nos dois municípios em que há esse profissional atuando formalmente nas escolas, a maioria tem formação em nível de ensino médio e adquiriu fluência em Libras em projetos da igreja ou com um parente surdo.

Desse modo, esta análise indica que no contexto investigado, a organização do ensino bilíngue para surdos apresenta alguns avanços, mas ainda muitas dificuldades e lacunas que constituem grandes desafios, tais como as demandas de formação, as necessidades de ampliação ou adequação pedagógica, como a alocação de intérpretes de Libras/LP nas salas comuns, a inclusão da disciplina de Libras nos currículos da educação básica que não se constata em nenhum dos municípios, entre outras. Vencer essas dificuldades depende de estratégias e ações no campo governamental para efetivação das políticas públicas que já existem para, assim, implementar uma educação de

²⁰ Dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

²¹ No município de Marabá iniciou-se em 2017 a graduação em Letras-Libras na Universidade Estadual.

qualidade às pessoas surdas, possibilitando a formação de cidadãos surdos bilíngues.

REFERÊNCIAS

ALVEZ, Carla Barbosa. FERREIRA, Josimário de Paula. DAMÁZIO, Mirlene Macedo. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Vol. 4. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar** (coleção), Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei Federal n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015.

LODI, Ana Cláudia Balieiro. Ensino da língua portuguesa como segunda língua para surdos: impacto na Educação Básica. In: **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos**. Lacerda, C. B. F., SANTOS, L. F. (Orgs.), São Carlos: EdUFSCar, 2013.

MOURA, Maria Cecília de. Surdez e Linguagem. In: **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos**. Lacerda, C. B. F., SANTOS, L. F. (Orgs.), São Carlos: EdUFSCar, 2013.

QUADROS, Ronice Müller de. CRUZ, Carina Rebello. **Língua de Sinais: instrumentos de avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SLOMSKI, Vilma Geni. **Educação Bilíngue para Surdos: concepções e implicações práticas**. 1ª Ed. (2010), 1.ª reimp./Curitiba: Juruá, 2011.